



RELATÓRIO de CONTAS

2022

ÍNDICE

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por natureza.....	5
Anexo	
1. Identificação da entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
2.1. Referencial Contabilístico	7
2.2. Derrogação das disposições da normalização contabilística para as ESNL	8
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras com o período anterior	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5. Activos Fixos Tangíveis	13
6. Activos Intangíveis	14
7. Locações	14
8. Financiamentos Obtidos	14
9. Inventários	15
10. Rédito	15
11. Subsídios de Entidades Públicas	16
12. Benefícios dos Empregados.....	16
13. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais.....	17
14. Investimentos Financeiros.....	17
15. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	18
16. Clientes e Utentes.....	18
17. Outras Contas a Receber (Outros Activos Correntes).....	18
18. Diferimentos	18
19. Caixa e Depósitos Bancários	19
20. Fundos Patrimoniais	19
21. Fornecedores	20
22. Estado e Outros Entes Públicos	20
23. Outras Dívidas a Pagar	21
24. Subsídios, doações e legados à exploração	21
25. Fornecimentos e serviços externos	22
26. Outros rendimentos e ganhos	22
27. Outros gastos e perdas	23
28. Resultados Financeiros	23
29. Acontecimentos após data de Balanço	23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	61.903,03	72.905,99
Ativos intangíveis	6	1.912,97	1.912,97
Investimentos financeiros	14	1.000,00	1.000,00
Total ativo não corrente		64.816,00	75.818,96
Ativo corrente			
Inventários	9	1.180,39	-
Créditos a receber	16	1.918,11	7.551,79
Estado e outros entes públicos	22	2.531,41	931,43
Diferimentos	18	-	-
Caixa e depósitos bancários	19	33.903,34	40.493,97
Total ativo corrente		39.533,25	48.977,19
Total ativo		104.349,25	124.796,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	20	444.817,95	444.817,95
Resultados transitados	20	-380.350,43	-416.294,82
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	17.500,00	1.970,60
Resultado líquido do período	20	-27.478,73	35.944,39
Total fundos patrimoniais		54.488,79	66.438,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	7.592,60
Financiamentos obtidos	8	-	8.921,83
Total passivo não corrente		-	16.514,43
Passivo corrente			
Fornecedores	21	8.336,29	6.995,46
Estado e outros entes públicos	22	7.918,24	6.299,93
Financiamentos obtidos	8	8.921,83	9.780,32
Outros passivos correntes	23	24.684,10	18.767,89
Total passivo corrente		49.860,46	41.843,60
Total passivo		49.860,46	58.358,03
Total fundos patrimoniais e passivo		104.349,25	124.796,15

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	124.436,29	109.633,84
Subsídios, doações e legados à exploração	24	327.627,19	341.142,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-52.589,40	-48.063,01
Fornecimentos e serviços externos	25	-77.684,34	-58.070,46
Gastos com o pessoal	12	-330.213,87	-298.667,67
Outros rendimentos	26	2.862,35	13.371,80
Outros gastos	27	-3.274,77	-6.202,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-8.836,55	53.144,87
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4,5	-17.990,06	-16.767,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		-26.826,61	36.377,56
Juros e gastos similares suportados		-652,12	-433,17
Resultado antes de impostos		-27.478,73	35.944,39
Resultado líquido do período		-27.478,73	35.944,39

ANEXO

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Casa do Povo de Palmela, é uma Associação e foi constituída no ano de 1972.

As casas do povo foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 051 de 23 de setembro de 1933. Cada casa do povo era um organismo de cooperação social, dotado de personalidade jurídica, destinando-se a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar a representação profissional e a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas. As casas do povo assumiram, também, a função de realizar a previdência social de todos os residentes na sua área de actuação.

Assim, e durante muitos anos, a Casa do Povo de Palmela, exerceu a função para a qual foi criada, apoiando todos os agricultores do Concelho de Palmela, tendo-lhe sido passado Alvará, pelo então Subsecretário do Estado e Previdência, de aprovação dos Estatutos, em 25 de Julho de 1972.

Muito posteriormente, concretamente em 13 de Julho de 2000, por despacho da Sudirectora Geral da Acção Social, a Casa do Povo de Palmela foi reconhecida em como prossegue os objectivos previstos no artigo 1º de estatuto das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade, sendo-lhe atribuída a equiparação a estas entidades (IPSS).

A actividade operacional da Casa do Povo de Palmela, está concentrada no Centro Social das Lagameças que presta serviços nas áreas da Infância e Seniores.

Neste relatório, doravante, a Casa do Povo de Palmela será designada por CPP.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras de 2022 foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da CPP e de acordo com a **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**, na sequência do publicado no Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março que vem criar regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, actividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

O Anexo II do referido decreto, refere que o sistema de normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições da normalização contabilística para as ESNL

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras com o período anterior

Os conteúdos das demonstrações financeiras do período de 01/01/2022 a 31/12/2022 são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os do período anterior (exercício de 2021).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), que estabelecem os requisitos que permitem assegurar a comparabilidade com:

- as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade;
- quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Para que isto se verifique é necessário que sejam respeitados os seguintes pressupostos:

Continuidade

Com base na informação disponível e às expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL (Entidades do Sector Não Lucrativo), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os fins propostos.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando os mesmos ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos”.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Eventuais alterações na apresentação das demonstrações financeiras

apenas ocorrerão se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os destinatários das demonstrações financeiras. Neste caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

Materialidade e agregação

O processamento de um elevado número de transações ou outros acontecimentos são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. Cada classe de operações semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. A menos que sejam imateriais, as operações ou elementos de natureza ou função não semelhante devem ser apresentados separadamente.

O processo de agregação e classificação vai derivar na apresentação de dados condensados e organizados que formam linhas de itens no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração ou no anexo.

Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados mas sim separadamente relatados. A compensação quer nas demonstrações financeiras, excepto quando a mesma reflecta com maior acuracidade a realidade das operações ou acontecimentos, poderá prejudicar a capacidade dos destinatários da informação em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo. Caso se proceda a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) a natureza da reclassificação;
- b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) a razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

Activos fixos tangíveis

Os “activos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a CPP tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas

constantes, pelo regime dos duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, de acordo com o definido no DR 25/2009 de 14 de Setembro. A CPP considera a possibilidade de revisão anual da vida útil de cada activo, ajustando, se necessário, a quota anual de depreciação dentro do normativo legal aplicável.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. Da mesma forma, relativamente ao desconhecimento da quantia escriturada de um item do activo fixo intangível, o mesmo terá lugar no momento da alienação, ou quando não se espere futuros benefícios económicos de seu uso.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a CPP demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período. As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas, pelo regime dos duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nesta conta registam-se os financiamentos obtidos dos instituidores da entidade, quando existam. As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela CPP, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos e outras contas a receber

Os créditos e outras contas a receber encontram-se registados pelo seu custo e apresentadas no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no balanço como activo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses relativamente à data do fim do exercício, são exibidas como ativos não correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só

podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a CPP avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os activos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nestas rubricas correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras dívidas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal e deixarão de ser reconhecidas no relato financeiro quando cessarem as obrigações, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Fundos patrimoniais

A rubrica fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os fundos patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Financiamentos obtidos

a) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos inerentes que sejam directamente atribuíveis à contratualização desses passivos. São expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano.

Os custos com juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos do período e evidenciados na demonstração dos resultados como “juros e gastos similares suportados”, respeitando o regime do acréscimo.

Os empréstimos deixarão de ser reconhecidos quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente no momento da liquidação, cancelamento ou expiração.

b) Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e

vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

- locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras. De referir que as locações estão classificadas de acordo com a substância económica do contrato em detrimento da forma do mesmo.

Os activos fixos tangíveis que se encontram na CPP por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e das respectivas depreciações efectuado conforme se encontra referido anteriormente no ponto das políticas contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto. Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Réditos

O rédito relativo a vendas e a prestações de serviços decorrentes das actividades que cumpram os fins estatutários da instituição, é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Subsídios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, são reconhecidos quando existe garantia de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas a eles associadas. Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis (ou intangíveis) são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática pelos diversos períodos contabilísticos relacionados com a contabilização dos gastos a que dizem respeito.

Os subsídios, que venham a ser reembolsáveis, serão contabilizados como passivos, na rubrica de “financiamentos obtidos”.

Estado e Outros Entes Públicos

A CPP está isenta do pagamento de IRC nos termos do nº1 do artº10 do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Neste sentido, as declarações fiscais da CPP dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As alterações nas estimativas e erros materialmente relevantes foram regularizadas por contrapartida de contas de resultados transitados, as restantes por contrapartida de gastos e/ou rendimentos de exercícios anteriores.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os quadros seguintes mostram as quantias escrituradas brutas (valores de aquisição e eventuais reavaliações, diminuições ou correções em períodos anteriores), as depreciações do exercício e acumuladas, as adições, os abates e alienações, que ocorreram durante os exercícios de 2021 e 2022:

2021	Saldo a 01/01/2021	Aumentos contabilizados em 2021	valores amortizados durante 2021	Saldo a 31/12/2021
Activos				
Terrenos	2.975,78			2.975,78
Edifícios e outras construções	47.114,96		4.289,95	42.825,01
Equipamento básico	17.022,34	7.184,36	6.037,33	18.169,37
Equipamento transporte	11.537,78		5.768,89	5.768,89
Equipamento administrativo	2.097,13	1.740,95	671,14	3.166,94
Outros activos fixos tangíveis	-			-
	80.747,99	8.925,31	16.767,31	72.905,99

2022	Saldo a 01/01/2022	Aumentos contabilizados em 2022	valores amortizados durante 2022	Correcções de contas	Saldo a 31/12/2022
Activos					
Terrenos	2.975,78				2.975,78
Edifícios e outras construções	42.825,01		7.216,29		35.608,72
Equipamento básico	18.169,37	8.397,07	7.118,60	-184,38	19.263,46
Equipamento transporte	5.768,89		5.768,89	2.884,45	2.884,45
Equipamento administrativo	3.166,94		1.409,97	-1.176,65	580,32
Outros activos fixos tangíveis	-			590,32	590,32
	72.905,99	8.397,07	21.513,75		61.903,05

Em 2021 tinha sido efectuada uma reclassificação dos bens registados em 2020 como “Outros activos fixos tangíveis” para “Equipamento básico”. Na altura, os valores das correções foram registados como correções de anos anteriores. Em 2022, na sequência das correcções efectuadas em 2021, reclassificamos as subcontas, sem alterar os valores relevantes para os resultados.

Constatou-se também, em 2021, que o elemento “Terrenos” estava a ser amortizado a 1% anualmente. O Decreto Regulamentar n.º 25/2009, no seu artigo 10º, exclui a depreciação do valor de terrenos, pelo que a depreciação contabilística do terreno em causa, nos exercícios de 2021 e 2022 foi nula.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor escriturado como activo intangível está totalmente amortizado e não sofreu alterações de 2021 para 2022.

7 LOCAÇÕES

Os bens a seguir discriminado foram adquiridos por meio de locação financeira:

Activo	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento transporte			
Ford Transit Kombi – 74-VE-70	28.844,45	25.960,01	2.884,44

A liquidação dos valores em dívida deste contrato foi feita durante o exercício de 2022., pelo que a 31/12/2022, o contrato já se registava como terminado.

8 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de Dezembro de 2022, os planos de reembolso da dívida da CPP, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Caixa Credito Agrícola com carência de capital	8.921,83	,00	8.921,83	4.980,00	8.921,83	13.901,83
Conta Corrente Caucionada	,00		,00	84,38		84,38
Descobertos bancários						
Locações financeiras	,00		,00	4.715,94		4.715,94
Totais	8.921,83	,00	8.921,83	9.780,32	8.921,83	18.702,15

Comparativamente a 2021, registaram-se amortizações integrais da conta corrente caucionada da Caixa de Crédito Agrícola, uma vez que em Setembro de 2022 não se procedeu à sua renovação.

Como também já se referiu em ponto anterior, o contrato de locação financeira para aquisição de viatura, foi também cancelado por liquidação total da dívida.

O único contrato de financiamento activo é o empréstimo bancário na Caixa de Crédito Agrícola e do qual já se começou a amortizar o capital, prevendo-se a sua liquidação total e cancelamento do contrato num prazo inferior a uma ano.

9 INVENTÁRIOS

A CPP registou os seguintes valores em inventário a 31/12/2022 relativos a bens alimentares. O seu carácter deprecável origina que, na sua maior parte, estes bens sejam consumidos num prazo muito curto. Não obstante, alguns itens transitaram de 31/12/2022 para 01/01/2023:

	Mercadorias	
	2022	2021
Inventário inicial	0,00	0,00
Perdas de imparidade em inventários		
Compras e ofertas	53.769,89	45.392,46
Reclassificações e regularizações de inventários	0,00	0,00
Inventário final	1.180,39	0,00
Custo das mercadorias consumidas	52.589,50	45.392,46

10 RÉDITO

O rédito da CPP corresponde ao rendimento, em geral, das prestações de serviços a utentes e às quotas dos associados.

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubrica	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas associados	300,00	
Quotas utilizadores	98.757,57	93.251,08
Quotizações e jóias	6.172,12	6.237,00
Serviços secundários	19.206,60	10.144,76
Total	124.436,29	109.632,84

A evolução positiva de 2021 para 2022, representa cerca de 15%. Os serviços secundários foram o maior contribuinte para este aumento.

A existência de uma rubrica adicional, pode ser explicada por um maior detalhe na forma de contabilização dos valores e não em alguma alteração na parte operacional da instituição.

11 SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

No decorrer do exercício de 2022, a CPP recebeu os valores que se listam, referentes a subsídios de entidades públicas:

Subsídios de entidades públicas	Valor reconhecido no exercício
Instituto da Segurança Social – Acordos Cooperação	258.586,47
CATL c/ Extensao Horário S/ Almoço	6.379,85
Centro de Dia	54.414,73
Educação Pré-Escolar	48.728,70
Creches	59.205,11
Apoio Domiciliário - Pess. Sit. Dep.	30.811,55
A aguardar identificação	59.046,53
Instituto da Segurança Social – Outros	
Layoff simplificado/Apoio à família	1.695,04
Autoridade Tributária - Consignação IRS	1.859,73
Instituto Emprego e Formação Profissional	32.398,41
Programa Maress	14.296,52
Programa CEI+	1.435,97
Prémio Emprego	11.345,92
Medida Novo Incentivo Normalização Actividade Empresarial	5.320,00
IAPMEI - Compensação aumento RMMG	448,00
IPDJ	4.960,00
Câmara Municipal Palmela	1.885,60
Jardins com Vida	1.000,00
Viver Melhor, Viver com Autonomia	885,60
Total	301.833,25

12 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da CPP, ao longo de 2022 foi:

	2022	2021
Quadro Pessoal	23	21
Projecto Maress	1,5	5
Projecto CEI+	1 pessoa x 2 meses	

Os respectivos gastos que a CPP suportou com pessoal foram os seguintes:

Rubrica de gastos com o pessoal	2022	2021
Vencimentos mensais pessoal	209.148,96	163.455,88
Subsídios férias	22.947,56	13.664,72
Subsídios Natal	18.462,42	23.133,87
Ajudas de custo		2.399,06
Gratificações /prémios/bolsas		42.001,32
Outros subsídios	925,58	235,27
Encargos sobre remunerações	56.981,75	42.027,78
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.215,00	5.026,83
Outros gastos – inclui formação	1.443,20	1.722,94
Total	314.124,47	293.667,67

13 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A 31 de Dezembro de 2022, a CPP não registava dívidas ao Estado em situação de mora. As obrigações com o Estado foram cumpridas em conta corrente.

Em Abril de 2022, por um lapso, uma guia de reduzido valor, relativa a retenções na fonte de rendimentos empresariais e prediais, ficou por pagar. A Autoridade Tributária, no espaço temporal inferior a 30 dias, notificou a instituição e imediatamente a dívida em execução fiscal foi liquidada.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguem as notas adicionais para uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras apresentadas.

14 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A conta dos investimentos financeiros apresentada no balanço é composta por uma aplicação financeira na Caixa de Crédito Agrícola e que se mantém estável ao longo destes dois anos:

	2022	2021
Investimentos financeiros	1.000,00	1.000,00

15 FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Não existem valores em balanço inscritos nestas contas, pelo facto de não se facturarem as quotas anuais dos associados não liquidadas.

16 CLIENTES E UTENTES

A conta dos valores a receber de clientes apresenta o seguinte detalhe:

Clientes e utentes	Saldo 2022	Saldo 2021
Conta-corrente	1.918,11	7.551,79

Este saldo positivo nesta conta, representa o valor que os utentes devem à CPP.

A redução no saldo de 2022 face a 2021, encontra a sua explicação dos valores facturados à Câmara de Palmela na data de 31/12/2021 ainda não tinham sido recebidos.

Não se considera a necessidade de constituição de imparidades.

17 OUTRAS CONTAS A RECEBER (OUTROS ACTIVOS CORRENTES)

A rubrica “outras contas a receber” não registava valores no fim do exercício.

18 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 seguem os saldos em detalhe da conta “diferimentos”:

Diferimentos	saldo devedor
Gastos a reconhecer	
Estimativa de Subs. Ferias a pagar	18.624,10
Total	18.624,10

A utilização e existência desta conta prende-se com a regra de especialização dos exercícios. Rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente dos seus fluxos financeiros, ou seja, de quando são pagos.

19 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, eram:

Meios financeiros líquidos	Saldo 2022	Saldo 2021
Caixa	177,35	100,00
Depósitos à ordem	33.725,99	15.295,55
Depósitos a prazo	0,00	25.098,42
Total	33.903,34	40.493,97

O depósito a prazo servia de garantia colateral à Conta Corrente Caucionada, tendo sido ambos liquidados simultaneamente. A decisão prendeu-se com o facto de os juros e despesas da dívida serem superiores aos ganhos do depósito a prazo.

20 FUNDOS PATRIMONIAIS

O fundo patrimonial constitui o interesse residual das ESNL nos activos depois de deduzir os passivos. Nas ESNL, o fundo patrimonial compõe-se, dos fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros, pelos fundos acumulados e outros excedentes, bem como pelos subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Os Fundos Patrimoniais tiveram a seguinte evolução no decorrer do ano de 2022:

Fundos patrimoniais	Saldo a 01/01/2022	Aumentos	Reduções	Saldo a 31/12/2022
Fundos	444.817,95			444.817,95
Resultados transitados	-416.294,82	35.944,39		-380.350,43
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.970,60	17.500,00	1.970,60	17.500,00
Resultado líquido do exercício	0,00	-27.478,73		-27.478,73
Total	30.493,73	25.965,66	1.970,60	54.488,79

Na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” destaca-se o valor de €17.500 de subsídio para investimento referentes ao Projecto Mobilidade Verde. Este valor será reflectido em parcelas anuais em conta de resultados, após a aquisição do equipamento.

O valor será reconhecido como um subsídio atribuído de acordo com a sistematização e periodização prevista no normativo legal, ou seja, durante o mesmo período legalmente previsto para depreciação do equipamento (neste caso 7 anos) e pela percentagem financiada.

O resultado de 2022 foi negativo.

21 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores (conta-corrente) a 31/12/2022:

Cientes e utentes	Saldo 2022	Saldo 2021
Conta-corrente	8.336,29	6.995,46

O valor em dívida aos fornecedores teve um aumento pouco significativo.

22 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de “Estado e outros entes públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	saldo a favor da CPP	saldo devido ao Estado
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)		1.589,01
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	2.531,41	
Contribuições para a segurança social		6.329,23
saldo geral		5.386,83

Os valores em dívida ao Estado encontram-se em conta-corrente, não existindo situações de mora a registar.

O valor de IVA a favor da Instituição, é a estimativa de IVA a receber pelo regime de devolução de 50% do IVA suportado na aquisição de bens alimentares (para IPSSs e equiparadas). O valor do IVA a recuperar subiu relativamente a 2021, uma vez que a contabilidade acumulou períodos mais longos antes de pedir o reembolso.

23 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As restantes dívidas a pagar a 31/12/2022 em balanço dizem respeito a:

Outras contas a pagar	valor
Fornecedores de investimentos	6.000,00
Pessoal – remunerações a pagar	60,00
Total	6.060,00

O saldo da conta de fornecedores de investimentos está a ser pago periodicamente.

Na conta remunerações a pagar consta um valor de acerto da remuneração de Dezembro de 2022, a pagar à colaboradora Suse Silva, que por um erro de digitação do valor, foram transferidos menos €60. A falta foi regularizada em Janeiro de 2023.

Em 2022 foram anulados os valores registados na conta de provisões, criadas para fazer face a eventuais acertos/retroactivos de salários. Estes valores foram pagos durante 2022 em várias parcelas.

Outras valores a crédito	2022	2021
Provisões para rectroactivos de salários	0,00	7.592,60

24 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios já foram detalhados na nota 11, no entanto o quadro seguinte resume os valores atribuídos à CPP em 2022 de subsídios e donativos:

Subsídios e doações	Valor
Subsídios de entidades públicas	301.833,25
Donativos e doações	25.793,94
das quais:	
<i>Doações do Banco Alimentar</i>	20.886,13
<i>Donativos Câmara Municipal Palmela</i>	2.175,00
<i>Caixa Económica Montepio Geral</i>	1.242,40
<i>Helena Rosa Andrade Machuqueiro</i>	20,00
<i>Camolas & Matos, Lda</i>	62,16
<i>- Zélia Rosa Roque</i>	75,00
<i>Donativos de associados, utentes e colaboradores</i>	1.333,25
Total	327.627,19

Na rubrica “Donativos” destacamos os donativos de associados, utentes e colaboradores não identificados. Nesta conta foram registadas ao longo do ano, a aquisição de bens e serviços a favor da Casa do Povo, sem contrapartida.

25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e anterior foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
<i>Serviços especializados</i>		
Trabalhos especializados	7.985,28	3.792,24
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	177,06	480,01
Honorários (colaboradores externos)	7.344,30	4.368,42
Comissões	97,20	-
Conservação e reparação	7.412,14	8.188,02
Serviços bancários	1.438,06	1.332,55
Outros serviços especializados	740,30	-
<i>Materiais (Ferramentas, economato, outros)</i>	2.698,80	1.169,60
<i>Energia e fluidos</i>		
Eletricidade	9.259,81	7.584,29
Combustíveis	15.259,72	11.496,01
Água	1.972,56	1.768,30
Outros fluidos (gás)	3.585,05	3.308,37
<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	1.543,30	85,15
<i>Serviços diversos</i>		
Rendas e alugueres	3.332,52	3.354,24
Comunicação	1.420,82	1.416,64
Seguros	3.446,90	2.383,61
Contencioso e notariado	1.054,30	-
Limpeza, higiene e conforto	7.824,22	7.328,01
Outros serviços	1.092,00	15,00
TOTAL	77.684,34	58.070,46

Observa-se um aumento significativo no valor total, para o qual contribuíram várias rubricas.

26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma é constituída, quase na sua totalidade por valores registados a crédito de correções que tiveram de ser efectuadas relativamente a registos de anos anteriores. Esta conta deve ser analisada em conjunto com a conta com o mesmo nome, mas com sinal oposto no grupo “Outros Gastos e Perdas”.

Estes movimentos corrigiram essencialmente contas de saldos iniciais de fornecedores e clientes, bem como despesas de anos anteriores não registadas. Estas contas não implicam entradas ou saídas de valores, sendo correcções técnicas que têm de ser feitas de modo a obedecer à obrigação legal de especialização de exercícios.

27 OUTROS GASTOS E PERDAS

Além das correções já acima explicadas, os restantes valores em “outros gastos e perdas” são:

Outros gastos e perdas	2022	2021
Impostos	996,70	1.246,32
Taxas	60,00	350,00
Correcções relativas a anos anteriores	1.803,96	3.960,49
Quotizações	196,00	184,00
Outros gastos (perdas nos rest. investimentos)	218,11	
Total	3.274,77	5.740,81

28 RESULTADOS FINANCEIROS

No período de 2022 foram reconhecidos gastos e rendimentos relacionados com juros e similares.

Os gastos reflectem os juros de financiamentos suportados no valor de **€652,12**.

Os ganhos foram de **€3,17** e correspondem aos juros recebidos pelo depósito a prazo na Caixa de Crédito Agrícola.

29 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

ASSINATURAS

Lagameças, 24/03/2023



Assinado por: **SANDRA ISABEL BENTO DE OLIVEIRA THOMSON**

Num. de Identificação: 10066941

Data: 2023.05.09 17:55:45+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 37626**



CARTÃO DE CIDADÃO



(A Contabilista Certificada)

(A Direção)